

## **ATUAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA LOCAL: RANÇOS E AVANÇOS**

Claudia de Faria Barbosa<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo é parte da minha dissertação de mestrado, na qual busquei analisar os ranços e avanços da participação da mulher na política local. Através de entrevistas com mulheres no exercício do cargo de prefeita dos municípios do Estado da Bahia, 2005-2008, o estudo demonstrou que, além das prefeitas lograrem pré-requisitos para a gestão pública, o fato de pertencerem a uma rede de alianças familiares, possuírem laços de parentesco e/ou descenderem de ancestrais políticos favoreceu a inserção na esfera pública local. Discuto sobre a percepção delas em relação às suas redes familiares e trajetórias individuais, tanto no âmbito da esfera privada como na pública.

**Palavras-chave:** Política; Poder; Gênero; Sociedade.

**Abstract:** This article is part of my master's dissertation, which seeks to analyze the safety and advancement's of participation in local politics. Throught interviews with women who in the exercise of the office of mayors in districts of Bahia, 2005-2008. The study demonstrate that besides having qualifications for the public administration, the fact of belonging to a group of family alliances, and possessing bonds of kinship and/or descending from political ancestral collaborate to the inclusion of women in the local public area. Discusses about the perception of women mayors in relation to their family groups and individual trajectories in the field of private and public sphere.

**Keywords:** Politics; Power; Gender; Society.

## Considerações Iniciais

*A princípio, entrei para o partido não por consciência, entrei naquela de esposa para ajudar o marido, a pessoa de confiança dele, e caí no gosto popular. Minha primeira eleição foi histórica, inédita, comovente... (Prefeita Débora, 2008)*

Durante a minha adolescência, década de 80, em Capela Nova – Minas Gerais, eu adorava ouvir as histórias e os casos que meu avô contava. E a maioria de seus assuntos me deixava intrigada. Ele, apesar de um ser um homem simples - eu o julgava uma pessoa de muita sabedoria - era possuidor de vocação<sup>2</sup> para a política e detentor de idéias muito próprias e precisas. Às vezes, comentava: “A política não é coisa para mulheres”.

Embora muitas já tivessem sido eleitas, para ele, as poucas que se aventuravam não conseguiam “andar com as próprias pernas”, permaneciam como indivíduos dependentes de instruções para as decisões a tomar. Apesar da minha admiração e da firmeza com que ele discutia os assuntos políticos, eu ficava me perguntando: Por que a mulher não pode ter capacidades para exercer cargos políticos?

Os questionamentos permaneceram comigo durante muitos anos. Ao ingressar na União dos Municípios da Bahia<sup>3</sup> e acompanhar a trajetória das(os) prefeitas(os) municipais, essas dúvidas aumentavam ainda mais, Quem são as mulheres na política? É algo mais sutil porque são minorias ou por causa da invisibilidade delas inerente ao “papel feminino”? Será como elas deram o primeiro passo para a inserção na política? E quando? Na juventude? No exercício da profissão? Ou aproveitaram as oportunidades que o status familiar lhes proporcionou? Diante de tantos questionamentos, surge o tema desse trabalho. “Na verdade, a história de vida de cada pessoa encontra-se com fenômenos a ela exteriores, fenômenos denominados *sincronicidade* por Jung, e que permite afirmar: ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele” (SAFFIOTI, 2004: 43).

Portanto, nesse artigo abordo sobre ao papel da família na inserção da mulher na política local. Não tenho essa preocupação no intuito de qualquer possibilidade de inclusão no mundo da política, nem mesmo de participação e militância partidária. O interesse surgiu desse dia-a-dia ligado aos(às) gestores(as) municipais, durante os últimos doze anos em que convivi profissionalmente com esse público, dotado de diversidade e características muito próprias.

Parto do pressuposto que a mulher que pertence a uma rede de alianças familiares, possui laços de parentesco e/ou descende de ancestrais políticos possui maiores chances de ter acesso a

cargos governamentais. O recorte principal está focado nas mulheres que se inseriram na política, em cargo executivo, ou seja, de prefeita municipal, eleitas em 2004 e que tomaram posse em janeiro de 2005, como aquelas que assumiram posteriormente e se mantiveram no cargo no período de realização da pesquisa, biênio 2007-08. O recorte territorial adotado foi o Estado da Bahia, que elegeu trinta e quatro, mas, com substituições posteriores, a amostra final é de trinta e sete prefeitas. Realizei entrevistas semi-estruturadas, com 20% delas, das quais, por falta de espaço nesse artigo aparecem depoimento de apenas quatro delas.

Busquei identificar na atuação das prefeitas a postura em relação à herança cultural e histórica, além de buscar compreender como as hierarquias são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas, considerando a multiplicidade e diversidade de fatores contraditórios que atravessam o campo familiar e político.

Questiono sobre o motivo da baixa representatividade das mulheres na gestão municipal, mesmo existindo ações afirmativas como é o caso das cotas dos partidos políticos, asseguradas pela legislação. Ao considerar a história recente da família brasileira tratei de fazer um panorama do contexto em que as prefeitas dos municípios baianos estão inseridas, além de elucidar suas percepções individuais e, através de suas “vozes”, entender como lidam com as idiossincrasias resultantes do choque de interesses da relação bipolar entre o público e o privado, considerando que “muito mais que qualquer outra fonte, o depoimento oral ou escrito necessita esforço de sistematização e claras coordenadas interpretativas” (BOSI, 2003: 49).

### **O Papel da Mulher na Sociedade Brasileira a Partir da Década de 60**

A condição vivida pelas mulheres há poucas décadas atrás demonstra que elas viviam à margem dos fatos e ausentes da História, mas não eram privadas de relações de poder e de conflito. Mesmo na cidade, onde se separou ideologicamente o “papel feminino” de forma mais visível, mulheres de camadas sociais menos favorecidas buscavam recursos para a sobrevivência. “Urdiam pequenas transações e encomendas, numa variedade de acertos e tratos verbais enredados em laços de parentesco, relações domiciliares, entre afins e vizinhos” (Dias, 1995: 20). Buscavam sobreviver como podiam, na informalidade e nos trabalhos rudimentares em troca do pão de cada dia.

Já no meio rural, os senhores de engenho exerciam autoridade sobre escravos e possuíam todo poder com as mulheres, elas eram tratadas como “criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido“ (Freyre, 2004: 114), mesmo sendo senhoras e tendo regalias proporcionadas pelas escravas, eram vítimas do domínio ou do abuso do homem. Opiniões diversas demonstram algo em comum sobre o papel exercido pela mulher na sociedade. Holanda (1995:124) entende que a posição ocupada era: “[...] mais estreitamente vinculada ao lar do que o homem, a mulher era aqui, como o tem sido em toda a parte, o elemento estabilizador e conservador por excelência, o grande custódio da tradição doméstica”. Demonstra uma percepção da ocupação dos papéis femininos como naturais.

Por outro lado, Mattoso (1992: 448), percebe o poder exercido pelo homem e a importância do papel que a mulher desempenhava dentro de casa, “o pai – verdadeiro *pater familias* – tinha poderes absolutos. Mas, a alma do lar era a dona de casa, que muitas vezes administrava sozinha àquele pequeno mundo de que raramente se afastava”. Em proporções diferenciadas, os dois autores comungavam sobre a relevância da atuação feminina. A mulher ou “donzela” de boa família que permanecia inerte, confinada dentro de casa, não podia transitar sozinha, em consonância com a distância e com a falta de recursos de meios de transporte. Este fato foi mais um, dos inúmeros motivos, que a fizeram mais conservadora do que o homem, sendo “o elemento de estabilidade da sociedade. Eram os filhos e não as filhas da casa-grande, que recebiam educação na Europa e que promoviam as inovações sociais e políticas e até mesmo alterações na moda feminina” (Saffioti, 1969:184).

Nas famílias de melhor condição social, os filhos iam estudar no exterior, oportunidade que não era proporcionada às filhas. “A autoridade paterna reduzia as mulheres ao estado de eternas menores, condenadas a passar da submissão ao pai à submissão ao marido, sem conseguir uma autonomia real” (Mattoso, 1992:190). Essa assertiva demonstra a ideia das mulheres como “sombra” de alguém, da sujeição do pai, ela passava à dependência do marido. Boa parte da população, ainda hoje, conserva esse pensamento que põe a mulher em situação de submissão. O que é evidenciado nas palavras da prefeita Débora, “Para eu ‘pegar’ na política, fui registrada na chapa “Fulana de dr. Sicrano”. No entanto, eu acabei ‘engolindo’ a figura de dr. Sicrano. Eu era de... Hoje ele é parente de .....”

Os eleitores precisavam de referência. Fulana de quem? Ou seja, a mulher como candidata necessitava estar ancorada em uma “figura masculina” que nesse caso foi a do marido. O que

confirma o predomínio da relação de conflito, tendo primazia a posição hierárquica daquele que possuía o poder em detrimento do mais frágil, “resultado da ação persistente desse sadismo, de conquistador sobre conquistado, de senhor sobre escravo, parece-mos o fato, ligado naturalmente à circunstância econômica da nossa formação patriarcal” (Freyre, 2004:114), fato observado sob uma perspectiva de dominação do masculino sobre o feminino.

A posição da mulher era viver dentro dos padrões sociais impostos, como “propagadora da missão católica e provedora do núcleo fundamental da vida feminina: a família [...]” (Cavalcanti, 2007: 73). Dentro da família, eram passados os valores que predominavam, tais como recato, meiguice, discrição. A cada qual, dentro de limites pré-estabelecidos, cabia fazer cumprir suas obrigações, conforme os costumes. A falta de recursos e tecnologia fazia com que elas assumissem obrigações que eram inerentes ao “papel masculino”. Em inúmeros casos mulheres de homens com problemas de saúde e incapacitados tomavam a direção das fazendas e dos negócios da família demonstrando capacidade de liderança, “na história política do país há vários exemplos de mães de família com vigorosas habilidades para a liderança” (Saffioti, 1969: 181).

Embora, muitos desses exemplos passaram despercebidos pelos historiadores, restando apenas os mais aparentes. Em estudos mais específicos, é possível encontrar relatos de mulheres que exerceram liderança. Maluf (1995) analisou aspectos do dia-a-dia de duas fazendeiras, em que tornou visíveis os papéis desempenhados por mulheres da elite rural nas zonas de expansão cafeeira em São Paulo, no fim do século XIX e começo do século XX. A minuciosa luta pela sobrevivência das personagens Floriza e Brasília e suas famílias, num contexto de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, envolvendo uma classe social elitizada no auge da crise do café.

O trabalho, com base nos diários de memória, escritos pelas próprias fazendeiras, demonstra a liderança delas no cotidiano das fazendas, das propriedades e dos grupos familiares, no qual elas “quebraram” com o papel idealizado da mulher de elite, ou seja, o mito de mulheres ociosas, passivas e indolentes na sociedade cafeeira, como é descrito na história oficial.

Há uma omissão da História frente à relevância do papel feminino na formação da sociedade brasileira. Fala-se da influência dos colonizadores, fazendeiros, aventureiros, trabalhadores e escravos, mas há poucos registros que apontam a mulher como “peça” importante nesse processo. Quando muito, a descrevem como inativa, aparte e inerte aos problemas sociais.

Essa consideração remete à idéia de oposição entre “história das mulheres” e “história dominante” que se constitui um “desafio cujo objetivo não é o de substituir a crônica de um sujeito pelo outro, do masculino pelo feminino, mas, ao contrário, restituir para o centro do processo histórico o conflito, a ambiguidade e a tragédia” (Maluf, 1995: 117).

A mulher teve uma participação forte na História do país, quando na condição de “ajudar o marido”, tomava para si responsabilidades e tarefas árduas e de responsabilidade. Administrava a casa, o que não era tarefa simples, pois nas áreas rurais, sobretudo nas fazendas, essa administração incluía cuidar dos filhos, dos empregados domésticos, colaborar com o marido e manter o grupo familiar. Devido às dificuldades e a falta de recursos logísticos, os obstáculos eram infindáveis. A falta de estrutura nas casas, como água encanada, energia elétrica e acesso aos remédios e produtos industrializados, exigia iniciativa e capacidade de improvisar para resolver questões urgentes, como em caso de acidentes, doenças, desentendimentos e violências entre pessoas conhecidas e aventureiras que apareciam.

Os alimentos eram em sua maioria, produzidos e armazenados em casa, os remédios eram extraídos de ervas plantadas nas hortas e se resumiam basicamente aos chás caseiros. A educação dos filhos, sobretudo dos pequenos que viviam em áreas distantes, longe de instituições de ensino, era confiada à mãe. As roupas eram tecidas e costuradas em regime doméstico. Tarefas essas de “obrigação da mulher”, que também “ajudava” o marido na administração dos negócios e o substituíam em suas ausências, mas prevalece a idéia baseada no senso-comum, que o “trabalho da mulher é de auxílio ao marido. Ou seja, o trabalho auxiliar é um trabalho sem o mesmo grau de relevância” (Maluf, 1995:198).

Em complementação a isso, a Igreja e a sociedade faziam com que as “funções femininas” fossem entendidas e controladas. Essa fiscalização era feita, sobretudo, pelo pai e irmãos, mas também recebiam a colaboração dos padres, que persuadiam com idéias voltadas para a obediência e o recato, e dos médicos, que as incentivavam a acreditar que sua função enquanto mulher fosse exclusivamente a maternidade. “A mentalidade de controlar a mulher pela força e pela violência, como pelo exercício do *pater-famílias*, começava então a ser substituída por forças mais sutis de dominação” (Del Priore, 1995: 114), elas deveriam ser obedientes e tinham que demonstrar recato em suas atitudes, predicados estes tidos como naturais e imbuídos na personalidade de cada uma, senhora de bem e de família.

Por outro lado, Dias chama a atenção para a importância da mulher branca e de seu papel no projeto social de colonização do Brasil, que resultava na valorização social da mulher portuguesa, como reprodutora e transmissora da propriedade, dos costumes, dos valores ideológicos e dos símbolos de ascendência como cor, língua e religião. Possuíam funções de reproduzir e transmitir bens, “no mandonismo local, volta e meia apareciam como chefes de alianças familiares, como tal figuravam como mediadoras do processo de organização política entre o poder central e o local” (Dias, 1995: 109). Sua influência era tida como relevante em diversos aspectos na comunidade.

### **O Cotidiano e a Educação Feminina**

Não é por acaso que a função da mulher prevaleceu durante séculos como de exercer um papel de “auxiliar” ao homem. Essa premissa teve como sua aliada a educação. Nesse sentido, pretende-se demonstrar como o cotidiano e a educação diferenciada para as meninas fizeram com que elas aceitassem o papel de serem dependentes de seus pais e companheiros. A História mostra a diferença na educação de meninos e meninas, seja na educação formal, seja nos processos mais amplos que buscavam “atividades intelectuais e de gerência para os da elite, serviços manuais para as classes populares, trabalhos próprios para mulheres e próprios para os homens [...]” (Louro, 1994: 44).

Os anos passavam, e nas cidades e nos povoados, sem falar na imensidão rural, grande parte da população continuava analfabeta. Contribuía com essa situação a cultura portuguesa que mantinha a ideia de que a mulher deveria viver confinada dentro de casa, no espaço e ambiente doméstico e familiar. “[...] na civilização portuguesa não havia lugar para a instrução feminina, considerada verdadeira ‘heresia social’. O seu ideal de educação circunscrevia-se exclusivamente às prendas domésticas” (Saffioti, 1969: 2004).

Elas não tinham acesso livre aos livros, pelo contrário, muitos eram proibidos e censurados principalmente aqueles que pudessem tirá-las do ideal de serem submissas e religiosas. A leitura e as atividades intelectuais eram tarefas preponderantemente masculinas e as decisões eram tomadas de acordo com os interesses dos latifundiários e coronéis que “teciam as tramas políticas e silenciavam agregados, mulheres e crianças, os arranjos sociais se faziam, na

maior parte das vezes, por acordos tácitos, pelo submetimento ou pela palavra empenhada” (Louro, 2001: 444).

Seria necessário ampliar a oferta de educação que, em muitas “sociedades, havia sido iniciada por homens – aqui por religiosos, especialmente jesuítas”. Começa-se o ingresso da mulher na escola formal, embora muitos tenham sido os empecilhos, dentre eles, não se pode esquecer que, de um modo geral, as meninas das camadas populares possuíam necessidade de se envolverem “nas tarefas domésticas, no trabalho da roça, no cuidado dos irmãos menores, e que essas atribuições tinham prioridade sobre qualquer forma de educação escolarizada para elas” (Louro, 2001: 449 e 445). Isso dificultava a inserção na escola formal.

Por outro lado, para aquelas de uma classe social mais privilegiada, a sociedade impunha outros valores. Muitos acreditavam que as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas. A preocupação maior era dotá-las de uma sólida formação cristã, a fim de serem mães virtuosas, em consonância com o ideal feminino que “[...] implicava o recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios, a ação educadora dos filhos e filhas” (Louro, 2001: 446).

Para as filhas de grupos sociais privilegiados, o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas da matemática era geralmente complementado pelo aprendizado do piano e do francês que, na maior parte dos casos, era ministrado em suas próprias casas por professoras particulares, ou em escolas religiosas (Louro, 2001:446).

As jovens da elite eram educadas para serem esposas que fossem a companhia ideal para seu marido e que cuidassem da casa e dos filhos. A instrução era voltada para o papel da mulher na família e no país. “Sua ‘vida-missão’ estava definida: cabia a ela a formação das gerações posteriores e por este motivo deveria empenhar-se em sua própria preparação” (Cavalcanti, 2008:15).

Nesse empenho de educar as gerações futuras, a mulher ingressou na carreira do magistério, que se deu principalmente através daquelas que por “necessidade, outras por ambicionarem irem além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, seriam também cercadas por restrições e cuidados para que a sua profissionalização não se chocasse com a sua feminilidade” (Louro, 2001: 453).

Num contexto em que a educação se mostra mais como reprodutora das ideologias do que como espaço de desenvolvimento das capacidades individuais, a presença feminina nas escolas era mantida através de normas rígidas, como garantia de perpetuação dos costumes e promotora

de papéis femininos. (Cavalcanti, 2007). Foi o que Bourdieu tentou demonstrar ao esclarecer que o sistema escolar contribui para reproduzir as diferenças, não apenas entre as categorias sociais, mas também entre os gêneros. Ressaltando que “a história tem que assinalar e levar em conta a reprodução e as hierarquias [...]” (2007:101).

Elas cumpririam o destino em uma profissão que aos poucos passou a ser considerada feminina, embora as funções de direção e supervisão ainda fossem de prevalência masculina. Se o que constituía a vida de uma mulher era o papel de mãe, pode-se considerar o exercício do magistério como a extensão da maternidade, “a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la” (Louro, 2001: 450). O acesso à universidade era predominantemente masculino. Em casos isolados e bem específicos, algumas se aventuravam na carreira acadêmica. Saffioti (1969) assegura que, até 1930, a representação feminina nos cursos superiores, como também na política, foi bastante escassa.

Considerando o tamanho territorial do Brasil, os fatos não ocorreram de forma proporcional, portanto não se pode generalizar. Os grandes centros urbanos tiveram avanços que os outros municípios mais afastados e carentes levaram décadas e até séculos para acompanhar. “Ainda nos dias atuais, a organização familiar brasileira preenche toda uma gama que vai desde a família semi-patriarcal até a família conjugal moderna, desligada da parentela e mais distante da tradição” (Saffioti, 1969:188).

Com o passar dos anos, ainda hoje, “as mulheres tendem a seguir cursos impregnados de conteúdos humanísticos e que desembocam, imediata ou posteriormente, em profissões tipicamente femininas, entre elas, o magistério” (Rosemberg, 1994: 10), isso demonstra o peso da historicidade nas relações cotidianas.

### **Relações de Gênero e as Ações Afirmativas na Política**

A exclusão social e política da mulher na esfera pública acontece por não se reconhecerem como pares, mas como superiores e inferiores. A invisibilidade política ou a não-presença provém da dimensão intrínseca de relações de domínio e subordinação. Nesse sentido, o objetivo é propor uma reflexão sobre gênero e o contexto que envolve as mulheres na política. O interesse é pelas conceituações e concepções existentes sob o ponto de vista relacional entre homens e mulheres, a partir das relações sociais e históricas concretas. Pretendo “afastar de uma

leitura que reforce o tradicional papel da mulher, de uma visão hierarquizada de gênero, quer na sua institucionalizada oposição com o masculino, quer na sua a-historicidade“ (Maluf, 1995: 19).

Falar de gênero implica em uma amplitude de concepções teóricas que se faz necessário repensar categorias de caráter multidisciplinar. O termo não possui uma conceituação fechada em qualquer dicionário. Sua utilização, abrangente ou como algo mais específico, deve levar em conta “o que é incontestável: o patriarcado, a dominação masculina, as relações de dominação entre os sexos, a (crítica da) igualdade entre homens e mulheres” (Louis 2006: 720/21), estando embasado na relação e construção social entre os sexos. Portanto, gênero é um conceito amplo, que não distingue apenas o feminino do masculino, expressa diversas áreas da vida social, como a cultura, a ideologia e demais práticas discursivas, “a categoria inclui não somente o sexo, mas também a classe e a raça – e mais recentemente, a geração.” (Cavalcanti, 2003: 138).

Para Scott (1989: 14-16), “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos”, que implica elementos relacionados entre si, símbolos culturalmente disponíveis, que evocam representações múltiplas, conceitos normativos, que põem em evidência interpretações e tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Não se trata de algo isolado, a análise de gênero como categoria perpassa por outras trajetórias, seja “familiar, social e política – irá trazer pistas para entender a disponibilidade de recursos e as possibilidades de motivação política, necessárias às etapas posteriores do processo de recrutamento” (Brabo, 2003: 35).

Ao longo da História, houve fatos que marcaram a trajetória política feminina. Somente, após a Revolução Industrial – Século XIX, o proletariado urbano e as mulheres adquirem o “direito” de serem cidadãos(ãs), embora não abranja todas as pessoas em um único momento histórico. Houve uma modificação nas constituições de diversos países consagrando o sufrágio universal.

No Brasil, em 1932, com a promulgação do Código Eleitoral, o voto feminino passou a ser aceitável, mas não necessariamente obrigatório. Contudo, esse direito era restrito àquelas solteiras e viúvas que tivessem condições financeiras favoráveis e às casadas, desde que os maridos autorizassem. O obstáculo maior não foi a conquista do direito ao voto. Conforme assegura Tabak (1983: 34), mais de 30 anos após a aprovação do Código Eleitoral que assegurou o direito da mulher votar e ser votada, em 1966, um levantamento da Câmara dos Deputados “consignava a existência de apenas dezesseis mulheres prefeitas municipais, distribuídas por oito

Estados da Federação”, fato que, mais uma vez, demonstra que apenas votar não é garantia de uma cidadania plena.

Com a promulgação da Constituição de 1988, efetivamente, aconteceu o “sufrágio universal”<sup>4</sup>, quando de fato incorporou os analfabetos e garantiu a todos usufruir dos direitos políticos. Com o objetivo de estimular e assegurar a participação das mulheres nos cargos de representatividade na política foram criadas as “ações afirmativas”, como um “[...] instrumento crucial para a conquista de outros direitos, trazia embutido o princípio da potencialidade igualitária, ou seja, a possibilidade de se corrigir, por meios políticos, a estrutura desigual das sociedades” (Avelar, 2002: 41), que podem ser de três tipos: a reserva de assentos parlamentares para as mulheres, a de iniciativa voluntária dos partidos políticos, como estratégia para ampliar a participação de mulheres na direção interna dos partidos e as cotas obrigatórias de reserva de vagas partidárias. A primeira “parece não apresentar resultados favoráveis em termos de ampliação da autonomia das mulheres”, na segunda, pode-se constatar que “as legislações existentes se destinam a órgãos administrativos e não às instâncias de representação parlamentar” e a última, que é aplicada no Brasil desde 1995, se trata de uma experiência recente, não completamente sistematizada, mas “apresentando resultados bastante positivos, sendo constantemente citada como modelo e estímulo para propostas em outros países” (Araújo, 2001: 4).

Para a aprovação da lei de Cotas foi necessária muita discussão. Em 29 de setembro de 1995, foi aprovada a lei nº 9.100 (Brasil, 1995), que “estabeleceu as normas para a realização das eleições municipais do ano seguinte, e determinou uma cota mínima de 20% para as mulheres nas candidaturas dos partidos políticos” (Grossi & Miguel, 2001: 169). Dois anos mais tarde, em 1997, foi sancionada a lei 9.504/97 (Brasil, 1997), que reservou o percentual de 30% para as mulheres dentro dos partidos políticos, conforme art. 10 § 3º.

A “Lei de Cotas” foi aprovada na Câmara Federal após uma forte negociação com políticos do sexo masculino resultando uma distorção profunda. Para compensar uma cota de 20% para as mulheres, os partidos políticos exigiram a ampliação do total de vagas, isto é, se o total era X ele passou a ser X + 20%. Ou seja, o número de vagas para candidatas cresceu de 100% para 100%+20%. Nos anos seguintes, o número de vagas também cresceu na mesma percentagem (Blay, 2002: 59).

Apesar dessa medida não ter inspirado uma maior mobilização da sociedade e haver resistência das mulheres em assumir expressivamente esse espaço, no âmbito geral, pode ser

considerada como positiva, por ter sido inserida na “agenda política e por ter intensificado um processo que já estava em curso: o aumento das candidaturas femininas. O problema da ausência/presença das mulheres tornou-se visível [...]” (Brabo, 2003: 319).

Na América do Sul, o primeiro país a “conseguir aprovar procedimentos que interferem nos percentuais de candidaturas e também no ordenamento das listas”, foi a Argentina que tem se mostrado como grande defensor dessas ações. Com isso, a possibilidade de resultados torna-se concreta, pois “[...]qualquer lista que não preencha a cota se torna inválida” (Araújo, 2001: 242). Trata-se do sistema de lista fechada. Como essa exigência não acontece no Brasil, as cotas funcionam como um paliativo, uma “discriminação positiva” que não apresenta resultados relevantes. Sua ineficácia se deve à falta de iniciativas que levam ao seu incremento, “não tem penalidade para aqueles que não garantem os 30% de mulheres; não prevê recursos financeiros e acesso ao horário político gratuito das rádios e televisões para as mulheres; não cria mecanismos de incentivo à formação política feminina” (Costa, 2008: 2).

Por outro lado, há inúmeras opiniões contra essas medidas especiais. Miguel postula que esse sistema “termina por perpetuar a inserção subordinada das mulheres no mundo da política, na medida em que o cartão de ingresso é exatamente a negação da ação em defesa dos próprios interesses” (2001: 253).

Para Saffioti (2004), a maior parte das mulheres mantém atitudes contrárias a ações afirmativas governamentais. Se é indispensável um esforço pessoal para conseguir despertar o empenho para a participação, esse ânimo “exige, um tempo, paixão e senso de proporções. É perfeitamente exato dizer – e toda experiência histórica o confirma – que não se teria jamais atingido o possível, se não se houvesse tentado o impossível” (Weber, 1968: 123).

Mesmo com a exigência de cotas mínimas e máximas para cada sexo, ainda prevalece a maioria de homens no poder. E sem a política de cotas? Será que a presença de mulheres seria significativa? Quanto tempo seria necessário para que a entrada delas na esfera pública acontecesse?

Quando a sociedade evoluir para uma verdadeira igualdade de gênero, o Estado brasileiro garantir políticas públicas<sup>5</sup> capazes de suprir essa compensação e se alcançar o que hoje é utopia, ações afirmativas dessa natureza, provavelmente, deverão deixar de existir. “É absolutamente imprescindível que esta trajetória seja descrita para que haja *empoderamento*, não de mulheres, mas da categoria social por elas constituídas” (Saffioti, 2004:103). Basta considerar que as

peessoas que buscam promover a representação substantiva das mulheres “não devem se voltar para as leis de cotas, mas sim para o fortalecimento das convenções partidárias de mulheres nas legislaturas e para a institucionalização dos vínculos entre os políticos e os grupos de interesse feminista” (Htun, 2003: 16).

### **Presença feminina na política ou coadjuvantes e sucessoras?**

Observa-se o predomínio de uma rede familiar de poder, no entanto, ela abrange tanto homens e mulheres. Busca-se compreender se as mulheres são eleitas em virtude do seu próprio prestígio pessoal ou em reconhecimento aos méritos de seus pais e maridos. Referindo-se à prática eleitoral brasileira, Tabak (1983: 34) explica que a eleição de mulheres para os órgãos legislativos estaduais e federais busca preencher a “vaga” do marido, ou seja, suas candidaturas são lançadas porque os maridos estão privados dos direitos políticos, o que é equivalente concluir que a “base dos votos que lhes são dados por contingentes femininos, constituem casos isolados, dentro da experiência legislativa no Brasil”. Não é exatamente o que ocorreu com a prefeita Maria, mas ela comenta sobre o motivo inicial que a levou para o meio político, conforme relata:

A história é infinitamente mais escabrosa do que se possa imaginar. Utilizaram casuísmo político de infidelidade partidária para tirar o partido de meu marido. O nome dele era cogitado para a candidatura a prefeito, as pesquisas apontavam 85% da preferência popular. Dois meses antes da convenção, um grupo tomou a executiva do partido e excluíram a possibilidade da candidatura dele. Eu estava filiada como presidente do partido e surgiu o meu nome como alternativa para o casuísmo...

Como demonstra Débora, é possível que, em alguns casos, elas sejam “alçadas ao poder para darem continuidade a um projeto familiar a partir do qual constituem o seu patrimônio político” (Costa, 2001: 221). No entanto, vale a pena conhecer os processos e as trajetórias políticas individuais de cada uma dessas mulheres para proceder a uma análise mais completa e conclusiva.

Por outro lado, há também a oposição da família à candidatura, conforme relata a prefeita Teresa “Ao saber da minha candidatura à vereadora, meu marido, que adora política, embora nunca tivesse nenhum cargo político, ficou 15 dias sem falar comigo”. Em caso semelhante, a prefeita Maria comenta sobre a sua resistência em sair do seu cômodo papel de mulher recém-

casada, com filho pequeno para participar de uma disputa eleitoral. “Eu estava recém-casada, há dois ou três anos, eu não queria, nem meu marido, mas fui para a campanha, eu sempre um pouco arredia, porque nunca tinha esperado “isso”, depois não teve jeito, o pessoal gostou e eu também, fui me adaptando...”

Cada uma faz sua história dentro das mais diversificados contextos. Nesse sentido, Blay (1979) definiu três situações típicas para descrever o perfil de prefeita no Brasil. Ela denomina de “prefeita coronel” aquela que assume a posição nos respectivos grupos familiares, nasceu ou passou a participar através do casamento. A “prefeita esposa” é aquela casada com um político possuidor de liderança, mas por algum motivo, como inelegibilidade, situação partidária, entre outros, é impedido de ser candidato e ela o substitui, cumprindo uma determinação, não discute e acata como mais um papel a cumprir. E por último, a “prefeita por iniciativa própria” que é aquela eleita com as próprias condições, seja posição familiar, politização das competências ou trabalhos comunitários e consegue se destacar, sair da invisibilidade e construir uma carreira na política.

Atualmente, na Bahia, essas três situações já tomam proporções diferenciadas. A prefeita com característica “coronel” não foi detectada nessa pesquisa, a prefeita puramente “esposa” está em fase de extinção, prevalecendo as candidatas esposas que são muitas, mas poucas conseguem se eleger, as que alcançam tendem a se metamorfosear em uma prefeita de carreira através da experiência adquirida no dia-a-dia, da vivência com as situações burocráticas e de busca de aperfeiçoamento contínuo através de dedicação e estudo dos assuntos pertinentes.

Ao Enveredar pela questão da influência familiar e a participação da mulher na política, exige-se cautela e atenção, pois envolve muitas vertentes e corre-se o risco de uma aplicação simplória, permeada de pré-conceitos do senso comum. “Tentação sempre remanescente de transformar os preceito é todo em receitas de cozinha científica ou em engenhocas de laboratório, só podemos opor o treino constante na vigilância epistemológica” (Bourdieu, Chamboredon, Passeron, 2002:14).

Defronta-se com um conjunto de problemas que envolvem as fontes da pesquisa. Como caracterizar a atuação das mulheres na política levando em conta tantas variedades, como o tempo histórico, a cultura nacional e local e tendências mundiais? Como definir os vários tipos de participação, se a política eleitoral é apenas um dos aspectos de participação política? Com base em tantos questionamentos, optou-se por um estudo desenvolvido em leituras e discussões

baseadas na literatura sobre os temas família, poder, política e gênero, bem como de maneira secundária e complementar a busca de informações de jornais, revistas, documentos eletrônicos, *sites* oficiais, dicionário biográfico e entrevistas semi-estruturadas.

A metodologia abarca a investigação empírica, reflexões teóricas em torno do assunto, seus métodos, suas fontes e sua colaboração com as Ciências Sociais que encerra em um amplo número de concepções e tipologias, com o enfoque interdisciplinar, devido à diversidade de situações e flexibilidades que se escondem atrás de uma aparente rigidez.

Ao centrar a redação apenas nas entrevistas, corre-se o risco da perda do sentido do “jogo político” (Canêdo, 2007). A investigação científica não deve se limitar aos fatos observados, ela tem a função de “explicá-los, descobrir suas relações com outros fatos e expressar essas relações; em outras palavras, trata de conhecer a realidade além das aparências” (Lakatos & Marconi, 2003: 33).

Não pretendi restringir o objeto da investigação a uma transmissão parental de mandatos eletivos. Busquei refletir sobre a especificidade dos laços e redes familiares em relação a outros que também são mobilizados na competição política, como relações de amizade, de pertencimento familiar, de filantropia, de política partidária e de que modo observa-se ou não o *empoderamento* das mulheres quando assumem a gestão local no Estado da Bahia.

A condição de ser uma figura pública, de ter sua biografia disponível, até então “assusta” algumas mulheres. Atribuí algum desses casos à insegurança frente ao papel que desempenham e ao interesse em separar o pessoal/ privado do público. Na busca de minúcias, foi percebida a dificuldade de se falar sobre a condição de ser mulher e prefeita, ou seja, dessa dualidade constitutiva e conflitual que se estabelece, há “a pretensão de fugir à liberdade e se constituir uma coisa ‘caminho alienado’ a evitar a angústia e a tensão de uma existência autenticamente assumida” (Ardaillon & Caldeira, 1984: 2). Por outro lado, muitas não se importam e acham que é uma opção natural, uma escolha consciente e demonstram a importância de exercer esse papel na sociedade.

Meu marido é médico, é vereador, o mais votado do município, na verdade a política começou por ele. A política causa muito isso... Terminei me vendo a educar meus filhos sozinha, em razão da falta de tempo do meu marido. Graças a Deus, mantenho um casamento de 30 anos. Ele é médico há 31 anos. Nossa condição, eu educadora e ele médico, permite muito contato com as mazelas humanas. Sempre me envolvi com os problemas dele, foi inevitável que a gente descambasse para a política e que não assumíssemos os rumos do município.

Não é a toa que a prefeita Débora menciona três vezes a profissão de “médico”, ela tem consciência do “status” que representa e julga ser um pressuposto para se declinar para as atividades públicas. Isso demonstra a carência dos munícipes em relação ao acesso a profissionais da saúde e a esperança depositada neles no sentido de resolver seus problemas, seja de prevenção, diagnóstico e de cura das doenças. A educação também está como fator de relevância no imaginário da prefeita.

Ao direcionar o olhar sobre as afirmações das prefeitas, merece consideração e, é importante perceber o contexto em que os fatos ocorreram, para não registrá-los de modo a perpetuar discriminações e pré-conceitos que contribuem para que a mulher não seja reconhecida como sujeito. A intenção nesse tópico é analisar o perfil do grupo das prefeitas, a faixa etária, os partidos políticos, a profissão e os vínculos de pertença em consonância com suas idéias e posturas. Prevalece o senso comum ou suas atitudes e ideais estão muito além do doméstico, extrapolando a esfera do privado para os desafios que convergem na esfera pública?

O grupo se situa na faixa etária de 32 a 71 anos de idade. A concentração é maior na faixa de 42 a 55 anos. Trata-se “em termos econômicos, a fase ativa da nossa vida, tipicamente dos 16 aos 64 anos, pode ser vista como produzindo um excedente: produzimos, nesta idade, mais do que o consumido [...]” (Dowbor, 2005: 293). A maioria está no auge da vida produtiva.

Todas as prefeitas entrevistadas autodeclararam-se branca e parda, nenhuma afirmou ser negra ou afro-descendente. O que demonstra outro tipo de desigualdade, a étnico-racial. Para Stolcke (2004) os mecanismos ideológicos e políticos tendem a adaptar as experiências e identidades, sejam por ser das mulheres, mas também por condições de classe e raça.

A “sigla” partidária em que as prefeitas estão inseridas não é um assunto relevante para todas. Embora, existem casos em que a fidelidade é bastante considerada, como demonstrou a prefeita Débora, “Há quatorze anos me mantenho fiel ao partido e sou muito grata por ter me oportunizado essa conquista”.

A formação profissional das prefeitas se caracteriza em uma educação que molda perfis femininos, predominantemente na área da educação. Com referência à profissão, 54,05% delas possuem formação voltada para a área educacional, são professoras, pedagogas, em alguns casos, já exerceram o cargo de Secretária Municipal de Educação. Isso se coaduna com a história das mulheres no Brasil, conforme relata Débora.

Tudo do meu legado de professora se constitui a base de minha vida política. Eu agradeço a Deus por ser educadora em primeiro lugar, antes de qualquer coisa. Sou educadora, especialista em alfabetização e me relaciono com a linguagem lúdica da criança, ela não sabe ler, mas entende. Eu aprendi, como educadora, que é preciso colocar os sentimentos nas ações.

Observei ainda que estas, em geral, têm mais consciência e comprometimento com o papel que representam, o magistério, embora considerada “profissão feminina por muitos, contribuiu para a formação política, influenciando a trajetória e, posteriormente, a eleição das mulheres. Entretanto, não podemos generalizar tal influência” (Brabo, 2003: 320). Mais uma vez, gênero e educação, público e privado se mesclam.

As demais estão distribuídas da seguinte maneira: médicas e advogadas representam 8,10%, assistente social 5,40%, bióloga, administradora, bancária, comerciante, agente de viagem e pecuarista representam 16,21% e 5,40% não informaram. Existem aquelas que fizeram outro curso posterior, a exemplo do curso de direito, provavelmente para dar suporte à carreira política. Isso demonstra que, além do fator familiar, a educação é um caminho para o acesso ao poder e opções para continuação de trabalhos específicos. É o que demonstra a prefeita Ana, “Eu gosto muito do serviço social. Eu vim dele e vou voltar para ele. Eu pretendo, quando sair da prefeitura, dar muita atenção à associação que eu criei e a cooperativa, que quero continuar”.

Ao analisar o grupo familiar de pertença percebe-se que 24% são filhas e/ou (ex)esposas de homens que exerceram algum cargo político, como de prefeito, vereador, deputado. São Prefeitas que se ascenderam ao cargo como sucessoras e coadjuvantes, integradas a um projeto do pai ou do companheiro. Numa situação “fundada numa divisão sexual do trabalho familiar para o exercício da política pela atribuída divisão natural”. (IBAM, 2003, p. 19). Há sinalização de grau de parentesco indireto, como primas(os), sobrinhas(os), netas(os), afilhadas(os), embora não foram averiguados.

A maioria é de origem de família extensa, Isso demonstra a importância da rede familiar como apoio político local. “Dispor de uma família grande ou contar com uma extensa parentela, hoje, como no passado, é um capital político não desprezível para quem disputa um cargo eletivo” (Palmeira, 1996: 46). “Sou de uma família extensa, mas não sou de descendência de políticos” (Maria).

A prefeita Débora relata como se inseriu na política e que nunca mais “conseguiu” sair. Mostra como aquele momento em que se “descambou” para a política foi importante para a participação no cenário municipal. Acrescente-se que, num momento extremamente difícil, com

o objetivo simplesmente de “ajudar o marido” conseguiu exercer sua cidadania em relação a uma disputa eleitoral complicada.

[...]eu vivia enclausurada nos meus próprios papéis de mãe, dona de casa, professora e esposa de médico. Eu era muito pouco conhecida no município. No interior tem muito estigma de madame, mulher de doutor e professora... A maior surpresa foi quando a mulher falou, numa terra de coronel, uma mulher poder falar e convencer não é comum.

Persiste o ranço, mas também os avanços. As contradições são presentes na fala da prefeita Débora, pois, ela deixa para trás todo o seu status de “madame, mulher de doutor e professora”, assumindo os riscos de mudanças profundas nos papéis e atitudes. Um momento de abandonar uma representação perfeita dos “papéis femininos” para entrar na vida pública podendo exercer atividades e papéis, até então para muitos, não definidos no rol de “obrigações” de uma “mãe de família”, pois a presença da mulher pressupõe que busca ser “cuidadora”, “mãe”, “caridosa”, ou seja, cumprir com as obrigações do cargo, com responsabilidade, autonomia e competência, mas incluindo todos aqueles “valores” que foram embutidos em uma educação que modela perfis. Em outro caso, a prefeita Ilma afirma ter despertado o interesse pela política, quando ao realizar um movimento junto com pais dos alunos do colégio em que trabalhava, percebeu a possibilidade de “poder fazer”. Ao chegar lá constatou que não basta querer, conforme conta:

Eu era professora primária em uma escola da zona rural, não havia transporte escolar naquela época. As crianças concluíam a 4ª série do ensino fundamental e se viam obrigadas a parar de estudar... Convoquei os pais e fomos ao prefeito reivindicar... Conseguimos... Vi que era possível e decidi concorrer. Fui vereadora por três mandatos e prefeita. Agora sei como é difícil, mas continuo buscando possibilidades de ajudar aos que precisam.

Através da militância em cargo de vereadora galgou o caminho para exercer sua liderança onde pudesse colaborar com a comunidade. Percebi a preocupação em serem bem interpretadas, quando falaram em a respeito das competências importantes para o exercício do cargo. É visível a satisfação pelas conquistas e pelo cumprimento do dever. A realização de ações em favor daqueles que precisam. É evidenciada nas falas como fruto de realizações, até certo ponto pessoais. Certamente, o depoimento a seguir é um, entre outros, que poderiam ser obtidos por mulheres que tiveram sua iniciação política no âmbito familiar ou foram influenciadas por ele.

“Já sofri muita discriminação. Na época em que entrei era motivo de riso, de piada, de crítica. Até meu marido achava que não ia dar certo”. A prefeita Débora resgata aspectos

interessantes sobre o pré-conceito e as discriminações recebidas, inclusive dentro do próprio grupo. Foi necessário “provar” sua capacidade, para que pudessem acreditar no seu discurso e na capacidade de decidir por conta própria, sem ser corrompida pelo outros, que segundo ela, é o que pensava muitos eleitores.

No município tinha o fenômeno emocional e a cultura regional do cacau, a mulher é uma figura parda. Teve gente do grupo que se indignava, me viam como a esposa do médico e não imaginavam que uma mulher pudesse vir a ser, e “quebraram a cara”. Diziam: “Com essa carinha, a senhora não é mole!...” Eles podem nem ter consciência, mas perpassa por tudo isso uma discriminação. Perdi vários apoios porque acreditavam que eu pudesse ser manipulada. Pensavam que mulher é mais fácil de levar, que eu seria manipulável. Ao mesmo tempo em que a gente tem a delicadeza, tem a firmeza no fazer. Imagino que pensavam: como marido manipula, os amigos, os coligados, também poderiam.

Quanto à atribuição de valores referentes à importância da mulher na política e às diferenças entre mulheres e homens nessa atuação, a prefeita Tânia percebe disparidade na forma de governar das mulheres, conforme declara.

Têm situações que a mulher tem vantagem em relação aos homens. Eu entro fácil em qualquer residência, no quarto de uma pessoa doente, embora existam outras barreiras como o bar [...]. Acho que a mulher tem esse lado, o lado da mãe, se colocando no lugar do outro... Quando recebo uma mãe sem ter o que dar de comer a um filho, eu me coloco no lugar dela, o que acho que os homens não sentem da mesma maneira [...] Quando passo na praça e vejo o jardim sujo, e coisas desse tipo, procuro logo solucionar aqueles problemas.

As prefeitas procuram assinalar a singularidade do desempenho definido como expressão de autonomia. Preocupam-se que recaiam sobre elas acusações de incompetência derivada da hierarquização de gênero. Atribuem as suas qualidades diferenciais e projetam intenções sobre contextos em que atuam. Tendem a aceitar e a acentuar as diferenças culturalmente atribuídas a uma natureza feminina e outra masculina, seja pela contraposição ou adesão.

Na fala das prefeitas, percebe-se uma visão estereotipada de “papéis femininos” na atuação na esfera pública demonstrando possuir “qualidades” que pressupõe que outras mulheres, por serem mães, devem possuir. Atributos que, na concepção delas, devem ser transferidos para a esfera pública, ou seja, para as atividades políticas. Para Dietz (2001) as virtudes que surgem da prática social da maternidade não devem ser inspiradas como valores que conformem a prática política da cidadania. “a única prática que pode gerar e reforçar esta consciência não é a maternidade, mas a prática da atuação política, do compromisso com outros cidadãos pata

determinar e perseguir interesses individuais e comunitários em relação ao bem público”(Dietz, 2001: 66).

Para Costa (1988: 49), na sociedade atual ainda prevalece estereótipo mantido pelo sistema patriarcal, que caracterizam a “personalidade feminina”, como emotividade, conservadorismo, passividade, instinto que permitem à mulher desenvolver satisfatoriamente seu papel na esfera privada. O bom senso evita pré-conceitos e estereótipos. A comparação inocente entre sexos não faz parte de uma avaliação, cada caso deve ser analisado separadamente. Nesse sentido, a prefeita Ana comenta.

Eu acho que toda regra tem exceção. Acho que têm homens que são dedicados, organizados, trabalhadores e como tem muitas mulheres desse jeito. A mulher por ser mãe e sempre ser gestora, digamos assim, por ser uma dona de casa, ela sempre está administrando alguma coisa, a casa, o orçamento, os filhos.

### **Considerações Finais**

É realmente difícil encontrar respostas conclusivas para o assunto tratado. Neste estudo, apesar de possuir uma conotação mais ampla, evidenciei o fato de que a mulher vinculada ao pai e ao marido possui maiores chances de ser vista e, através do apoio de familiares, consegue entrar para o mundo da política. Portanto, a hipótese inicial é dada como confirmada em parte, uma vez que, foram constatados 24% de parentesco de 1º grau (marido ou pai), mesmo percebendo-se que, na maioria dos casos, depois de um tempo, a mulher consegue evoluir e ganhar espaço próprio com independência.

Quanto às definições de perfis e valores atribuídos ao homem ou à mulher, é preciso ter cuidado, pois envolvem outros aspectos além da diferenciação de gênero, para não incorrer numa visão equivocada. Os estereótipos trazem em si “representações e significados, valores atribuídos ao feminino, ao masculino. São, sobretudo esses valores que o movimento feminista, os estudos de gênero, o movimento das mulheres têm questionado” (Costa, 2001: 8).

Com exceção das questões gerais levantadas, outros aspectos mais específicos merecem destaque. Conforme análise decorrente desta pesquisa, as prefeitas protagonizaram importantes mudanças – no âmbito privado e público – que, significativamente, confirmam que têm capacidade para gerir uma prefeitura.

Entretanto, é necessário precaução, pois a assertiva não é que todas as mulheres são capazes e que elas são isentas de erros e de corrupções. Há mulheres que não possuem competências e/ou utilizam do poder para tirar proveito próprio. É o que comenta a prefeita Maria, sobre sua antecessora.

Na gestão dela, cometeram muitos crimes eleitorais, denunciemos e entramos na justiça, depois de muita luta, persistência e perseverança, porque a justiça é lenta, agora vieram os resultados, conseguimos! Muitas pessoas acreditaram no nosso sonho e no nosso projeto e hoje a comunidade está muito feliz com nosso retorno, pelo menos a maioria da população. Nós sabemos que o processo judicial precisa ser revisto, porque dá direito a tantas possibilidades de ida e vinda e, com isso tudo, se perdeu muito tempo...

Nota-se que as experiências na esfera pública local, as nuances e as conjunturas de inserção perpassam por conflitos e tensões sociais, ocasionadas pela resistência da política de dominação. As vicissitudes de suas trajetórias estão presentes, considerando o quanto é efêmero o poder constituído.

Os resultados aqui apresentados referem-se a um universo resumido e restrito, uma vez que a amostragem utilizada foi recopilada, mas, de certa forma, confirmam dados de outras pesquisas sobre assunto similar. Embora haja carência de estudos e/ou levantamento de dados sobre essa temática, principalmente no que diz respeito aos pressupostos da carreira política.

Na construção, legitimação e manutenção das hierarquias, em relação à política dos grupos dominantes regionais, pressupõe-se que ainda exista interesse em controlar os grupos sociais para manter o *status quo*, pois “na maioria dos contextos das sociedades modernas, os homens em sua maioria não desejam soltar as rédeas do poder” (Giddens, 2000: 148).

Trata-se de um dado essencial, levar em conta as lógicas sociais que possibilitam que uma pessoa dispute um cargo político, considerando as concepções de Weber (1968), “viver da política ou para a política”?

No que tange à garantia do poder local, no qual se situam as prefeitas, é importante perceber como se concerne e a forma como se entrelaçam os laços de família na política. Considerando as mudanças culturais experimentadas nos últimos anos, há uma tendência, ainda que pouco expressiva, de inserção das mulheres nas disputas eleitorais. Devido à sub-representação no processo democrático, característica da sociedade patriarcal, elas encontram dificuldades de se fazerem presentes nos espaços de poder, participam da política, mas muito pouco dos processos de decisão.

A divisão sexual do trabalho e das responsabilidades as afastam das instâncias de poder, sobretudo nas eleições para cargos majoritários, como é o caso do poder Executivo. As mulheres devem se apropriar do poder para transformar as estruturas que reforçam as discriminações de gênero, modificar a imagem que criaram sobre si mesmas, desafiar os sentimentos de inferioridade, diminuir a desigualdade social e compartilhar responsabilidades e experiências. Portanto, o *empoderamento* feminino se projeta como uma ferramenta que permitirá que as mulheres construam demandas de gênero e cheguem aos espaços públicos, intervenham na elaboração das agendas públicas, fazendo a interlocução com os diversos atores sociais que enriquecerão o processo democrático.

Percebi que as prefeitas entrevistadas têm se sobressaído no processo de consolidação da democracia no Brasil. A partir do momento que os eleitores de um município elegem uma mulher, outras se interessam e participam mais ativamente do processo democrático. Isso constatei através das candidaturas do ano de 2008, quando os municípios que possuem prefeitas ofereceram mais candidatas ao cargo em comparação com os demais. A tendência é que haverá sempre mais mulheres disputando entre si cargos outrora exclusivos dos homens.

Por outro lado, é necessária cautela para não haver uma polarização entre o feminino e o masculino, fazendo com que o discurso seja estigmatizado, colaborando com a criação de guetos. A existência de mulheres prefeitas começa a ser vista com naturalidade e respeito pelas pessoas, sobretudo pelos homens e aqueles que acompanham mais de perto o trabalho. Há uma tendência em diminuir os pré-conceitos e os estereótipos em relação a gênero. Outra constatação feita com o resultado das entrevistas é a de que, embora de forma tímida, o *empoderamento* já começa a fazer a parte do cotidiano de algumas prefeitas.

O parentesco por aliança e/ou consangüinidade pode ser crucial no momento que a mulher se lança na política, mas por si só não se sustenta. Aquelas prefeitas que ainda não têm uma forte militância nos movimentos organizados tendem a serem reprodutoras da ideologia vigente. A capacidade de inovar e criar oportunidades vêm, principalmente, destes movimentos e militâncias.

A princípio, foi possível observar na política atual a preponderância de uma elite, conforme Araújo (2002: 152), “[...] no nosso caso, essa elite é marcadamente branca, masculina e excessivamente abastada”. Mas não confirmado pelos depoimentos das prefeitas Ana e Maria, respectivamente. “Acho que a classe política municipal não seja elitizada. Qualquer pessoa, desde

que tenha iniciativa e vontade de ser prefeita com o objetivo de fazer algo para melhorar a vida do cidadão tem condições de chegar lá”, como também, “As pessoas pensavam que eu não conseguia porque a justiça é dos poderosos, e eu não tenho dinheiro [...], mas eu consegui apoios!” Pode ser uma ruptura histórica, ou uma percepção exclusiva delas, mas é necessário considerar, pois são as provas vivas, embora não possa ser generalizado. Os temas relacionados à classe social, raça e etnia não foram aprofundados nesse estudo, mas pode-se afirmar que o maior déficit na política continua sendo em relação a gênero e raça/etnia, onde a presença de mulheres negras e índias é ínfima.

Para o assunto tratado, faz-se necessário um olhar crítico, capaz de enxergar nas entrelinhas e perceber os preconceitos e as representações do imaginário e da cultura, sobretudo aqueles que oprimem as pessoas. É possível ouvir comentários do tipo: “As mulheres estão invadindo o lugar dos homens na política”. Essa “invasão” do âmbito público pelas mulheres, pertencentes aos diversos estratos sociais, trata-se de um espaço que ficou durante todo o tempo diante da cultura masculina hegemônica.

As esferas da vida privada e pública fazem parte de uma mudança cultural. A educação pode contribuir para a equidade de gênero, na medida em que dentro das casas, na convivência familiar, os papéis deixarem de ser destinados a cada qual em virtude do sexo. Segundo o IBAM (2003), os temas e as especificidades da política local estão vinculados ao cotidiano e isso contribui para a formação de lideranças femininas no âmbito do município, onde o campo é mais permeável à ascensão delas, por causa da diversidade. Considera que o custo da campanha é menor em contraposição a das eleições estaduais e federais. Nota-se, no poder local, o prolongamento da esfera privada para o espaço público.

Para Ferry (2008: 131), “contrariamente ao que uma visão superficial da política leva a crer, a história da vida privada não deixa então de estar ligada à esfera pública”. Para ele, o fracasso e a frustração na vida privada em nada colaboram com a política, acredita que a revolução da vida privada está em marcha e deverá se constituir em um ganho na esfera pública.

Concluo, com a afirmativa de que ainda persistem muitos ranços da cultura patriarcal. No entanto, há indícios de avanços, em que cabe as(aos) cidadãs(os) mudar a forma de pensar e agir, para que através da conscientização e participação o processo eleitoral possa provocar conquistas necessárias na abertura de caminhos que conduzam a uma verdadeira democracia.

## REFERÊNCIAS

### Obras Completas

BLAY, Eva . As prefeitas. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1979.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo na memória: ensaios da psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. Ofício de Sociólogo. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COSTA, Ana Alice Alcântara. As donas no poder: mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM - UFBA: Assembléia Legislativa da Bahia, 1988.

DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERRY, Luc. Famílias, amo vocês: política e vida privada na época da globalização. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2004.

GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2003.

MALUF, Marina. Ruídos da memória. São Paulo: Siciliano, 1995.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia Século XIX Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

TABAK, Fanny. Autoritarismo e participação política da mulher. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

WEBER, Max. Ciência e Política duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 1968.

### **Capítulos de Obras**

DOWBOR, Ladislau. A economia da família. In: ACOSTA, Ana R. & VITALE, M. A. (Orgs.). Família: redes, Laços e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2005, p. 293 – 316.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva de gênero. In: Projeto História, 11. São Paulo: EDU/PUC-SP, 1994, p. 31- 46.

PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. In PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio. (Orgs.) Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

WEBER, Max. O sentido da 'neutralidade axiológica' nas ciências sociais e econômicas. In: Metodologia das ciências sociais. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Unicamp, 1995, p. 107-154.

### **Artigos**

ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo na competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. Rio de Janeiro: Dados, vol. 44, n. 1, 2001.

AVELAR, Lúcia. Mulher e política: o mito da igualdade. Social Democracia Brasileira, 2002. Disponível em:

<[http://www.psdb.org.br/psdb\\_antigo/Partido/itv/revista/revista\\_02/p4054\\_mulher.pdf](http://www.psdb.org.br/psdb_antigo/Partido/itv/revista/revista_02/p4054_mulher.pdf)> Acesso em: 26 mar. 2008.

BLAY, Eva. Mulher e igualdade: cidadania e gênero. Social Democracia Brasileira, ano 1, n. 2, mar. 2002.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Gênero e poder local: eleições municipais do ano 2000 em Marília (SP). Tese (Doutorado em Sociologia), São Paulo: Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2003.

CANÊDO, Leticia Bicalho. As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método. Cadernos CEDES, vol. 18 n° 42 Campinas, Agosto de 2007. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010132621997000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132621997000100004&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 24 set. 2007.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Educação, história e religião: ordens religiosas como lócus da construção de identidades femininas. Revista Aulas, v. 4, p. 1 – 18, 2008.

\_\_\_\_\_. Memórias femininas: tempo de viver, tempo de lembrar. In: Revista Brasileira de História. Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH, vol. 27, n. 54 jul. – dez., 2007, p. 59 – 82.

\_\_\_\_\_. Voces femeninas: História y Organizaciones representativas em Brasil (1975 - 2002). Tesis de doctorado. Leon: Departamento de História, Universidade de Leon, 2003.

COSTA, Ana Alice Alcântara. Novos desafios para a luta feminina. A Tarde, Salvador/Bahia, p. 2, 08 de mar. 2008.

COSTA, Delaine Martins. Capacitação de líderes femininas: reflexões sobre a experiência do IBAM. Revista Estudos Feministas, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 9, n. 1/2001.

DIETZ, Mary Dietz. Cidadania com cara feminista. Debate Feminista (n. especial). México, 2001, p. 55 – 78.

GROSSI, Miriam Pillar e MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. Florianópolis: Revista Estudos Feministas CFH/CCE/UFSC, vol. 9, n. 1/2001.

HTUN, Mala. Dimensões da inclusão e exclusão política no Brasil: gênero e raça. New York: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2003.

IBAM. . Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas. Participação feminina na construção da democracia. Um levantamento do resultado das eleições municipais (1992 – 2000) e estaduais e federais (1994 a 2002). 4ª ed. 2003. Disponível em<<http://www.ibam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>> Acesso em: 20 abril 2007.

LOUIS, Marie-Victorie. Diga-me: o que significa gênero? Sociedade e Estado, set./dez. 2006, vol. 21, n. 3, p. 711-724.

MIGUEL, Luís Felipe. Política de interesses, política do desvelo. Florianópolis: Revista estudos feministas. CFH/CCE/UFSC, v. 9, n. 1/2001, p. 253 – 266.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação e gênero no Brasil. In: Projeto História, 11. São Paulo: EDUC/PUC-SP, 1994, p. 7-17.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Gender and the politics of History. New York: Columbia University Press, 1989.

## Leis

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em: 20 jan. 2008.

\_\_\_\_\_. Lei 9.100/95. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências Brasília, DF: 1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9100.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9100.htm)> Acesso em: 20 jan. 2008.

\_\_\_\_\_. Lei 9.504/97. Estabelece normas para as eleições. Brasília, DF: 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm)> Acesso em: 20 jan. 2008.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador. Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB e Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Cidadania e Cultura - NPEJI. E-mail: [barbosa.claudiadefariabarbosa@gmail.com](mailto:barbosa.claudiadefariabarbosa@gmail.com) Este artigo é parte da dissertação de mestrado, orientada pela Prof. Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.

<sup>2</sup> O significado de vocação utilizado aqui não se refere a uma inclinação natural dos gêneros a determinadas profissões ou atividades. Trata-se do sentido proposto por Weber (1968: 28), segundo ele um vocacionado é “aquele que põe todo o coração em sua obra, e só nela eleva-se à altura e à dignidade da causa que deseja servir”. Portanto, aquele que tem uma convicção firme por algo.

<sup>3</sup> É uma associação civil sem fins lucrativos, cuja função é representar, de forma conjunta e constitucional, todos os municípios do Estado da Bahia, sediada em Salvador. Contribui com os municípios baianos, colocando à disposição dos(as) Prefeitos(as), serviços fundamentais de apoio à administração pública.

<sup>4</sup> Sistema no qual todas as pessoas adultas passam a ter direito de votar, inclusive os analfabetos e as mulheres.

<sup>5</sup> Sinalizei que já existem marcos legais e jurídicos, mas a aplicação nem sempre se faz de imediato e sem contradições, os efeitos ainda não tem causado resultados intensos em toda a América Latina.